forme os apprehensores sejam subordinados de uma ou de outra das referidas Direcções Geraes.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrario. Paços do Governo da Republica, em 16 de maio de 1911.—*José Relvas—Antonio Xavier Correia Barreto.*

MINISTERIO DA GUERRA

5.ª Direcção

2.ª Repartição

1.ª Secção

Attendendo a que os trabalhos extraordinarios na 2.ª Repartição da 5.ª Direcção da Secretaria da Guerra, cuja continuação foi decretada em 4 do corrente mês, eram já o seguimento de identicos trabalhos que, autorizados por despachos anteriores, se vinham realizando na mesma Repartição desde 3 de março ultimo; e

Attendendo, outrossim, a que os trabalhos extraordinarios effectuados durante o mês de abril proximo findo e nos quatro primeiros dias do corrente mês, bem podem e devem ser attribuidos ao atraso originado pela convulsão que determinou a implantação da Republica Portuguesa:

Hei por bem decretar que a despesa com os trabalhos extraordinarios, executados na referida Repartição nos citados mês de abril e quatro primeiros dias do corrente mês, seja paga por conta do credito extraordinario de 100.000.000 réis, aberto no Ministerio das Finanças e a favor do Ministerio da Guerra, por decreto de 17 de outubro de 1910, e com applicação ás despesas a satisfazer por effeito dos acontecimentos que occasionaram a queda da monarchia e a proclamação da Republica Portuguesa.

Paços do Governo da Republica, em 5 de maio de 1911.—O Ministro da Guerra, *Antonio Xavier Correia Barreto.*

Relação dos officiaes e mais pessoal que, na 2.ª Repartição da 5.ª Direcção da Secretaria da Guerra, desempenharam no mês de abril de 1911 trabalhos extraordinarios fora das horas do expediente e respectiva remuneração, em conformidade com o decreto de 4 do corrente mês:

Postos ou categorias	Nomes	Vencimentos
Tenente-coronel...	Artur Maria Botelho Lobo.....	38.5000
	Julio Pedro de Macedo Coelho....	38.5000
Major	Alfredo Cesar de Araujo Vivaldo..	38.5000
	Manuel Antonio dos Santos.....	26.5400
Capitão	João Ferreira Salgado.....	26.5400
	João de Azevedo Zuzarte Pinto	
Tenente	Prado.....	26.5400
	Carlos Augusto Estrella de Seixas..	26.5400
	Carlos Augusto da Silva Oliveira..	26.5400
	Manuel Silvestre de Abreu	1.5200
	João Augusto Martins.....	26.5400
	Frederico Xavier da Silveira Machado.....	26.5400
	José Bernardo Proença.....	26.5400
	Alberto da Silva Botelho.....	26.5400
	Bento de Vasconcellos Menezes Magalhães.....	26.5400
	Francisco Homem de Figueiredo...	26.5400
Alfarses.....	Raul Monteiro Lopes de Macedo....	14.5000
	Jaime Augusto da Mota Portugal	22.5000
	Antonio Alves de Oliveira Tristão	9.0000
	Gaspar Ribeiro de Sousa Mascarenhas.....	22.5000
	Alfredo Augusto dos Santos Farias	22.5000
	Anacleto Rebelo Marques.....	22.5000
	Eduardo Guedes de Carvalho Menezes.....	22.5000
	José Antonio Cerveira.....	22.5000
	Carlos David dos Santos.....	4.5000
	Fernando Victor Valente Valladas Vieira.....	18.5200
Aspirante a official	José Fernandes Duarte.....	18.5200
	Antonio da Silva Simões.....	18.5200
	Alexandre Mascarenhas Vianna de Lemos.....	18.5200
	Jorge Carlos da Costa.....	9.5000
	Antonio do Nascimento Nunes.....	8.5000
	José da Costa.....	8.5000
	João Francisco.....	8.5000
	João Alberto Feres Larocha.....	8.5000
	João Januario da Rocha.....	8.5000
	Eduardo José Maria Carvajal.....	8.5000
Amanuense	José Maria Primo Fernandes Escasena.....	6.5600
	José de Sousa.....	6.5600
	Jacinto Moreira.....	6.5600
	José Manuel da Costa.....	6.5600
	Joaquim Pires Silveira.....	6.5600
	Roberto Pereira da Silva.....	4.8000
	Joaquim José Neto.....	4.8000
	Luis Antonio.....	4.8000
	Adrião dos Santos.....	1.5400
	Alexandre Antonio.....	1.5200
Servente	Januario Pinto.....	1.5200
	João Baptista.....	1.5400
	Manuel Jeronimo.....	1.5800
	Manuel Rodrigues.....	1.5800
	Sergio Martins.....	2.5000
	Somma.....	690.5800

24 de abril findo, requer o vencimento em divida deixado na Fazenda pelo referido official.

Esta pretensão será definitivamente resolvida se findos sem impugnação o prazo de trinta dias dos editos a contar da publicação do presente annuncio.

MINISTERIO DA MARINHA E COLONIAS

Majoria General da Armada

1.ª Repartição

3.ª Secção

Por decreto de 15 do corrente:

Concedida a medalha de cobre, de assiduidade de serviço no ultramar, ás praças do corpo de marinheiros da armada: n.º 408, primeiro contramestre, José Maria Marques Costa; n.º 230, primeiro conductor de machinas, Carlos Augusto Fernandes; n.º 434, segundo contramestre, José Maria da Costa; n.º 302, primeiro sargento artilheiro, José Joaquim de Campos; n.º 327, segundo sargento artilheiro, Joaquim de Oliveira Guerreiro; n.º 395, segundo sargento do S. G., Antonio Simões da Silva; n.º 526, segundo conductor de machinas, João de Andrade; n.º 789, cabo marinheiro, Joaquim da Conceição Martins; n.º 741, cabo fogueiro, Manuel Alves; n.º 757, cabo fogueiro, Joaquim Leitão; n.º 1.277, cabo fogueiro, Antonio de Almeida; n.º 1.380, primeiro artilheiro, Luis Antonio; n.º 3.254, segundo fogueiro, Adriano Manuel do Espirito Santo e Silva, e n.º 3.636, segundo fogueiro, Manuel Alves.

Por portaria de 15 do corrente:

Primeiro tenente José Maria da Silveira Estrella—exonerado do cargo de adjunto da 1.ª Repartição da Majoria General da Armada.

Primeiro tenente Carlos Alberto de Miranda Martins de Carvalho—nomeado interinamente para o cargo de adjunto da 1.ª Repartição da Majoria General da Armada.

Majoria General da Armada, em 16 de maio de 1911.—O Major General da Armada, *José Cesario da Silva, Vice-Almirante.*

2.ª Repartição

Manda o Governo Provisorio da Republica Portuguesa, pelo Ministro da Marinha e Colonias, que aos guarda-marinhas: Raul Cesar Ferreira, José Duarte Junqueira Rato, Eduardo Francisco Azeredo e Vasconcellos, Artur Leonel Barbosa Carmona, Jaime Santos da Cunha Gomes, Fortunato Pires da Rocha e Sebastião Neves da Silva Monteiro, seja contada para todos os effeitos a antiguidade neste posto desde 1 de fevereiro do corrente anno.

Paços do Governo da Republica, em 16 de maio de 1911.—O Ministro da Marinha e Colonias, *Amaro de Azevedo Gomes.*

Direcção Geral das Colonias

1.ª Repartição

1.ª Secção

Convindo estabelecer as disposições especiaes relativas ás colonias, para conveniente cumprimento da lei eleitoral;

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º As operações do recenseamento eleitoral nas colonias portuguezas são feitas nos concelhos e outras divisões territoriaes assimiladas pelo presidente da camara ou commissão municipal ou pelo chefe da administração local auxiliado pelos empregados das respectivas secretarias ou por outros que elle requisite.

§ unico. Para a revisão do recenseamento eleitoral, o presidente ou o chefe da administração local, acima mencionada, poderá convocar pessoas competentes para darem informações que serão reduzidas a termo, assinado por elle e por quem as prestar e requisitará das estações officiaes os esclarecimentos necessarios.

Art. 2.º Os governadores das colonias são autorizados a fixar, com os indispensaveis intervallos e attendendo ás distancias e meios de communicação, os prazos para as operações de organização e revisão do recenseamento eleitoral e para os diversos actos das eleições.

Art. 3.º Os circulos eleitoraes nas colonias são os indicados no mappa junto a este decreto, elegendo cada circulo um deputado.

§ unico. As assembleias eleitoraes dos circulos e as de apuramento serão estabelecidas, em numero que se julgar absolutamente indispensavel, por cada um dos governadores geraes ou de provincia, em conselho.

Art. 4.º Os governadores formularão, tambem em conselho, as disposições convenientes para que o transporte, por conta do Estado, dos portadores das actas se effectue nas condições que forem mais favoraveis e menos onerosas para os coffres das colonias.

Art. 5.º A declaração official da candidatura, a que se refere o artigo 41.º da lei eleitoral de 5 de abril de 1911, poderá tambem ser apresentada por bastante procurador, com procuração passada telegraphicamente.

§ 1.º Se o candidato estiver na metropole, fará a declaração perante o director geral das colonias, se estiver em qualquer outra colonia, fá-la-ha perante o governador respectivo, e, se estiver no estrangeiro, perante o presidente da assembleia de apuramento do circulo.

§ 2.º O director e o governador, depois de verificarem que a declaração e documentos comprovativos satisfazem ás condições legais, telegrapharão ao presidente da as-

sembleia de apuramento, a fim de que considere como feita a apresentação da candidatura.

Art. 6.º É applicado ás colonias o disposto no decreto de 10 de maio de 1911, estabelecendo a forma, dimensões e mais requisitos dos boletins de voto.

Art. 7.º Fica revogada a legislação em contrario.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, em 13 de maio de 1911.—*Joaquim Theophilo Braga—Antonio José de Almeida—Affonso Costa—José Relvas—Antonio Xavier Correia Barreto—Amaro de Azevedo Gomes—Bernardino Machado—Manuel de Brito Camacho.*

Mappa dos circulos eleitoraes nas colonias a que se refere o artigo 3.º de decreto d'esta data

Numero dos circulos em cada provincia	Sede dos circulos	Territorios de que se compõem
Cabo Verde — 2	Sotavento (Praia) .. Barlavento (Mindello).	Ilhas de S. Tiago, Fogo, Brava e Maio. S. Vicente, Santo Antão, S. Nicolau, Boa Vista e Sal.
Guiné — 1	Bolama	Provincia da Guiné.
S. Thomé e Príncipe — 1	S. Thomé	Provincia de S. Thomé e Príncipe.
Angola — 8	Loanda ..	Districtos do Congo, Loanda e Lunda.
	Benguela ..	Districto de Benguela.
	Mossamedes ..	Districtos de Mossamedes e Huilla.
Moçambique — 3	Lourenço Marques ..	Concelho de Lourenço Marques e as primeiras cinco circumscripções.
	Inhambane	Inhambane, circumscripções de Gaza e territorio de Manica e Sofala.
India — 2	Moçambique	Districtos de Moçambique, Tete e Quelimane e o territorio da Companhia do Nyassa.
	Margão (sul)	Ilhas de Goa, Salsete, Pondá, Quepem, Sanguem, Canicão, Angediva.
Macau — 1	Mapuçá	Bardes, Parnem, Sanguelim, Damão, Praganá, Diu.
	Timor — 1	Macau
	Timor	Provincia de Timor.

Paços do Governo da Republica, em 13 de maio de 1911.—O Ministro da Marinha e Colonias, *Amaro de Azevedo Gomes.*

2.ª Repartição

2.ª Secção

Sendo presente ao Governo Provisorio da Republica Portuguesa a consulta do Supremo Tribunal Administrativo, acerca do recurso n.º 13.616, interposto por Jaime Constantino de Moraes Pequeno, contra o despacho do governador geral da provincia de Angola, de 5 de novembro de 1910, que indeferiu o pedido do recorrente por ser reintegrado no cargo de segundo aspirante do quadro aduaneiro de Angola e S. Thomé e Príncipe, annullando-se uma das tres nomeações feitas em portarias provinciaes de 13 de outubro anterior, sob n.ºs 921, 922 e 923;

Mostra-se que Jaime Constantino de Moraes Pequeno, amanuense da curadoria dos serviços na comarca de Loanda, obteve com outros a nomeação de segundo aspirante provisorio do quadro aduaneiro de Angola e S. Thomé e Príncipe, em 9 de dezembro de 1904, e tomou posse do cargo em 19 d'esse mês e anno; dias depois foram declarados nullas e de nenhum effeito taes nomeações, portaria provincial de 27 de dezembro de 1904, e mais tarde em portaria provincial n.º 567, de 5 de setembro de 1908, mandaram-se reintegrar aquelles nomeados nas vagas que occorressem, provendo-se a primeira com Adriano Raul de Barros, as duas immediatas por concurso, a quarta com Jaime Constantino de Moraes Pequeno, e assim successivamente até a collocação de todos os nomeados para se reentrar depois no regime dos concursos, estabelecido na portaria de 14 de setembro de 1907, n.º 486, como norma de ingresso nas carreiras publicas; ao Adriano Raul de Barros deu-se logo a reintegração, portaria n.º 569, confirmada por decreto de 26 de outubro de 1909; publicou-se em 6 de maio do mesmo anno de 1909 a lista da classificação dos concorrentes, nos termos da portaria n.º 567, incluindo-se nella, para reintegração, o Moraes Pequeno; e afinal em portarias de 13 de outubro de 1910, sob n.ºs 921, 922 e 923, nomearam-se outras pessoas, preterindo-se o concurso estabelecido na portaria de 14 de setembro de 1907, e a reintegração ordenada na portaria de 5 de setembro de 1908;

Ao governador geral de Angola requereu Jaime Constantino de Moraes Pequeno, que annullasse uma das ultimas nomeações e collocasse o requerente na vaga respectiva, mas o governador geral indeferiu, declarando indevida a reintegração; do seu despacho vem o presente recurso interposto em tempo pelo interessado Moraes Pequeno, allegando o seu direito de reintegração derivado da portaria de 5 de setembro, e reconhecido na lista de 6 de maio, publicada no *Boletim Official* n.º 20, de 15 de maio de

Secretaria da Guerra, 5.ª Direcção, 2.ª Repartição, em 29 de abril de 1911.—O Chefe da Repartição, *Arthur Maria Botelho Lobo*, tenente-coronel.

D. Margarida da Conceição Henriques da Cunha, que tambem se assina Margarida da Conceição Ferreira da Cunha, na qualidade de herdeira de seu marido Joaquim José Ferreira da Cunha, major reformado, fallecido em

1909; a preterição da forma do concurso nas nomeações impugnadas, contra o disposto na portaria n.º 486, de 14 de setembro de 1907, corroborada pela de 6 de julho de 1910, sob n.º 540, ambos expedidos pelo governador geral no uso da attribuição conferida pelo artigo 14.º do decreto de 25 de outubro de 1899, para regular o modo de provimento do cargo de segundo aspirante, e ainda não revogadas;

Por sua parte, sustenta o governador geral o seu despacho ponderando que a nomeação do recorrente, em 1904, sem haver satisfeito, que se saiba, as condições de preferença estabelecidas no artigo 14.º do decreto de 25 de outubro de 1899 para nomeação dos segundos aspirantes do quadro aduaneiro, foi annullada por illegal, e como se não existisse e não garante a reintegração;

Tudo visto, e ouvido o Ministerio Publico:
Considerando que o Supremo Tribunal Administrativo é competente para conhecer do recurso, conforme o disposto nos artigos 1.º, n.º 2.º, e 3.º do decreto de 2 de setembro de 1901, e nenhuma duvida se levanta acôrca da legitimidade das partes;

Considerando que o artigo 14.º da organização do serviço aduaneiro das provincias de Angola e S. Thomé e Príncipe, de 25 de outubro de 1899, modificando a remodelação dos serviços de 9 de fevereiro de 1897, commette ao governador geral de Angola o provimento das vacaturas de segundos aspirantes do quadro, de preferença com individuos habilitados, pelo menos, com exames de francês, inglês, arithmetica, geometria plana, geographia e historia, sem exigir o concurso, expressamente indicado no antecedente artigo 13.º, para nomeação de primeiros aspirantes não promovidos por antiguidade;

Considerando que aquella faculdade de nomeação habilita o governador geral a prover os cargos com pessoas habilitadas, mediante concurso, ou por outro modo, conforme mais convier ao interesse publico, e se o estabelecimento do concurso, em portaria provincial de 14 de setembro de 1907, regulou, de momento, o exercicio de faculdade legal do mesmo, nem por isso impediu o signatario do diploma, nem os seus successores, de mudar de forma de nomeação, uma vez respeitado o preceito do artigo 14.º do decreto de 25 de outubro de 1899;

Considerando que não se prova o allegado direito de reintegração, porque a nomeação do recorrente, em 9 de dezembro de 1904, foi annullada na portaria de 27 do mesmo mês e anno, da qual não houve recurso; a portaria de 5 de setembro de 1908, admitindo que o facto de nomeação anterior, «constitue, em certo grau, um direito que a boa justiça, *tambem em certo grau*, deve tomar em conta», e determinando por esse motivo a reintegração, longe de reconhecer um direito adquirido ou criar um direito novo, estabelece uma norma equitativa de futuros provimentos no cargo, cuja observancia ficou dependente do poder discrecionario da administração; e a lista de 6 de maio de 1909, classificando os candidatos no concurso aberto em 5 de setembro anterior, só teve effeito no mesmo concurso, que não chegou a ultimar-se e é estranho ao processo;

Considerando que o governador geral de Angola dispensando para as nomeações impugnadas, de 13 de outubro de 1910, o concurso recommendado na portaria de 14 de setembro de 1907, e a reintegração admittida na portaria de 5 de setembro de 1908, não offendeu o preceito legal do artigo 14.º do decreto de 25 de outubro de 1899, e apenas o applicou, como poder administrativo, tendo em conta o tempo e circunstancias de occasião; e também não lesou o recorrente, o qual, como interessado, podia representar a Administração em nome de equidade relativa, para que ella, melhor informada, mantivesse o grau de justiça invocada na portaria de 5 de setembro, mas não podia legalmente suscitar uma questão contenciosa por falta de base;

Hei por bem, conformando-me com a mesma consulta, negar provimento no recurso.

O Ministro da Marinha e Colonias o faça imprimir, publicar e correr.

Dado nos Paços do Governo da Republica, em 11 de maio de 1911.—O Ministro da Marinha e Colonias, *Amaro de Azevedo Gomes*.

8.ª Secção

Em portarias de 15 do corrente mês:

Francisco Roberto de Carvalho, guarda n.º 47 da capitania do porto e policia maritima de Macau, aposentado, nos termos do n.º 3.º do § 2.º do artigo 1.º da carta de lei de 28 de junho de 1864 e do artigo 61.º do regulamento da referida capitania, com a pensão annual de 81\$600 réis, correspondente a dois terços do respectivo ordenado de categoria.

Thomás Lao, cabo n.º 9 da capitania do porto e policia maritima de Macau, aposentado, nos termos do n.º 4.º do § 2.º do artigo 1.º da carta de lei de 28 de junho de 1864, dos artigos 60.º e 61.º do regulamento da referida capitania e do preceituado no artigo 35.º do decreto de 24 de dezembro de 1885, com a pensão annual de 122\$400 réis, correspondente á totalidade do ordenado de categoria do lugar de guarda que anteriormente desempenhava.

José Antonio dos Remedios, guarda n.º 48 da capitania do porto e policia maritima de Macau, aposentado, nos termos do n.º 4.º do § 2.º do artigo 1.º da carta de lei de 28 de junho de 1864 e do artigo 61.º do regulamento da referida capitania, com a pensão annual de 122\$400 réis, correspondente á totalidade do respectivo ordenado de categoria.

Coc-Cam-Seng, loucano n.º 47 da capitania do porto e policia maritima de Macau, aposentado, nos termos do n.º 3.º do § 2.º do artigo 1.º da carta de lei de 28 de junho de 1864 e do artigo 61.º do regulamento da referida capitania, com a pensão annual de 35\$840 réis, correspondente a dois terços do respectivo ordenado de categoria.

José Coelho, guarda n.º 22 da capitania do porto e policia maritima de Macau—aposentado, nos termos do n.º 4.º do § 2.º do artigo 1.º da carta de lei de 28 de junho de 1864 e do artigo 61.º do regulamento da referida capitania, com a pensão annual de 122\$400 réis, correspondente á totalidade do respectivo ordenado de categoria.

Leong-Atim, machinista da capitania do porto e policia maritima de Macau—aposentado, nos termos do n.º 4.º do § 1.º do artigo 1.º da carta de lei de 28 de junho de 1864 e do artigo 61.º do regulamento da referida capitania, com a pensão annual de 115\$200 réis, correspondente á totalidade do respectivo ordenado de categoria.

Joaquim Raimundo, guarda n.º 20 da capitania do porto e policia maritima de Macau—aposentado, nos termos do n.º 4.º do § 2.º do artigo 1.º da carta de lei de 28 de junho de 1864 e do artigo 61.º do regulamento da referida capitania, com a pensão annual de 122\$400 réis, correspondente á totalidade do respectivo ordenado de categoria.

Joaquim Pires, segundo contramestre da armada—exonerado do cargo de delegado maritimo de Bissau; para que havia sido nomeado em portaria de 25 de janeiro de 1909.

Direcção Geral das Colonias, em 16 de maio de 1911.—O Director Geral, *A. Freire de Andrade*.

5.ª Repartição

Por portaria de 12 do corrente:

Americo Herculano de Azevedo Campos, capitão-medico do quadro de saude de Angola e S. Thomé e Príncipe—colocado na classe dos officiaes em disponibilidade, por ter sido julgado pronto para o serviço pela Junta de Saude das Colonias.

Direcção Geral das Colonias, em 15 de maio de 1911.—O Director Geral, *A. Freire de Andrade*.

Inspecção Geral de Fazenda das Colonias

3.ª Secção

Por portaria de hoje:

João Antonio Caeiro de Abreu, primeiro official da Repartição Superior de Fazenda da provincia da Guiné—declarando ficar sem effeito, a seu pedido, a portaria de 24 de março ultimo, que o transferiu, por conveniencia de serviço, para identico logar na Repartição Superior de Fazenda da provincia de Macau.

Inspecção Geral de Fazenda das Colonias, em 16 de maio de 1911.—O Inspector Geral, *Domingos Eusebio da Fonseca*.

MINISTERIO DO FOMENTO

Secretaria Geral

Para os devidos effeitos se declara que por decreto de 10 de maio corrente se effectou o seguinte despacho:

Albino Maria Pereira Forjaz de Sampaio—nomeado archivista chefe da Biblioteca e Archivo Geral do Ministerio do Fomento. (Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 13 do corrente mês).

Secretaria Geral, em 16 de maio de 1911.—O Secretario Geral, *Antonio Maria da Silva*.

Direcção Geral da Agricultura

Repartição dos Serviços de Instrução Agrícola

Attendendo ao disposto no artigo 30.º do decreto com força de lei de 3 de abril de 1911: Hei por bem apporvar o regulamento da Escola Pratica de Pomicultura, Horticultura e Jardinagem, criada por aquelle decreto nos terrenos annexos ao Palacio de Queluz, cuja direcção e administração foram pelo Governo conferidas á Associação Central de Agricultura Portuguesa.

Regulamento geral da Escola Pratica de Pomicultura, Horticultura e Jardinagem

CAPITULO I

Fins da escola

Artigo 1.º A Escola Pratica de Pomicultura, Horticultura e Jardinagem é destinada:

1.º A habilitar individuos para o mester de pomicultores, horticultores ou jardineiros (cursos especiaes) nas explorações particulares e officiaes, e bem assim como mestres de fabricas de conservas e secagem de frutas;

2.º A dar instrucção profissional aos que se destinem á pomicultura, horticultura e jardinagem (curso geral).

Art. 2.º Quando as circunstancias o permittirem a Associação Central de Agricultura Portuguesa criará na mesma escola as especialidades: avicultura, apicultura e outras que habilitem individuos para a direcção das varias «pequenas industrias agricolas»; e cursos praticos de enxertadores, podadores, etc.

CAPITULO II
Organização dos cursos

SECÇÃO I

Plano e methodos de ensino

Art. 3.º A escola poderá ser visitada pelo publico mediante autorização do director ou de quem o represente.

§ 1.º É expressamente prohibido aos visitantes colherem ou deteriorarem as culturas e os productos da exploração da escola.

§ 2.º As culturas e os productos dos pomares, das hortas e dos jardins estão collocados, no interesse de ensino, sob a protecção do pessoal e alumnos da escola.

Art. 4.º O anno lectivo começará no dia 1 de outubro e terminará em 31 de agosto, havendo ferias durante quinze dias de setembro, alem dos domingos e dias feriados officiaes.

§ 1.º Os alumnos gozarão das ferias de setembro em dois turnos, de modo que metade d'elles esteja ausente da escola durante a primeira quinzena do mês; e a outra metade durante a segunda quinzena.

§ 2.º O ensino, durante o mês de setembro, reduzir-se-ha ao *tirocínio* para os alumnos que se acharem na escola.

SUB-SECÇÃO I

Curso geral

Art. 5.º O curso geral professado na escola será essencialmente pratico, ministrando-se apenas as noções scientificas indispensaveis á justa comprehensão dos diversos grangeios, e somente relativas ás especialidades versadas na escola.

§ 1.º Os alumnos do curso geral poderão ser internos ou externos.

§ 2.º O curso geral durará quatro semestres.

Art. 6.º As demonstrações e trabalhos praticos abrangem:

- 1.º Cultura da vinha:
 - a) Para uva de mesa;
 - b) Para passa.
- 2.º Cultura de arvores frutíferas nacionaes e outras;
- 3.º Culturas hortenses—ordinarias e forçadas;
- 4.º Cultura de plantas de jardim—de ar livre, de interior e de estufa;
- 5.º Acondicionamento, para transporte, de frutas frescas e passadas, de hortaliças, de plantas e de flores;
- 6.º Conservação de frutas frescas, de hortaliças, de flores e de legumes;
- 7.º Secagem artificial de frutas e hortaliças;
- 8.º Conservas.

§ 1.º Estes trabalhos serão sempre effectuados nos campos, laboratorios, officinas e outras dependencias da escola e tem por fim adestrar o alumno nos trabalhos manuaes e na execução de todos os serviços das especialidades versadas na escola, criando ao mesmo tempo habitos de trabalho.

§ 2.º Pertence ao conselho escolar a distribuição d'estes trabalhos, os quaes serão executados pelos alumnos sob a direcção immediata dos mestres de pratica e dos praticos das respectivas especialidades e sob a fiscalização do director e do sub-director.

§ 3.º Nos dias em que não puder haver trabalhos de campo, serão estes substituidos por praticas nas diferentes installações e dependencias da escola, conforme o sub-director resolver, ouvidos os respectivos chefes de pratica.

Art. 7.º O ensino theorico será quanto possivel demonstrativo e referido sempre ás applicações immediatas, aos exemplares e ás operações á vista.

§ 1.º Será constituído pelas seguintes cadeiras:

Ordem	Cadeiras	Lições	
		Por semana	Por semestre
1.º semestre:			
1.º	Noções de arithmetica e geometria plana.	5	110
2.º	Noções de physica, meteorologia e chimica	5	110
		10	220
2.º semestre e 3.º semestre:			
3.º	Noções de organographia vegetal e classificação de plantas	3	66
4.º	Noções de physiologia vegetal, chimica agricola e operações culturaes; hybridação artificial	3	66
		6	132
4.º semestre:			
5.º	Noções de agrimensura, nivelamentos, regas, traçados de hortas e jardins. Desenho	6	132

§ 2.º Nas praticas d'estas cadeiras ter-se-ha sempre em vista que o curso exige um ensino pratico cuidado e repetido.

§ 3.º As cadeiras de physica e chimica tem a sua pratica á hora da aula. Estas praticas serão feitas por turmas, quando for necessário.

§ 4.º O ensino theorico e a respectiva pratica demonstrativa será ministrado pelos professores, auxiliados pelo pessoal competente.

§ 5.º Quando os serviços de campo ou outros trabalhos praticos forem urgentes e inadiveis e seja necessario que os alumnos nelles tomem parte, poderá o sub-director, excepcionalmente, transferir qualquer aula para diferente hora ou dispensá-los de quaesquer outros trabalhos.

§ 6.º Os alumnos habilitados com um dos diplomas 3.º, 4.º, 5.º, 6.º ou 7.º do § 1.º do artigo 20.º, não dispensados da frequencia e passagem da 1.ª cadeira.